

## **O PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NAS ECONOMIAS CAPITALISTAS**

---

**Prof. Me. Carlos Alberto Alves  
Quintino**

Mestre em Administração de  
Empresas, Economista.  
Professor de Economia Política  
do Unifai.

### **Resumo**

Esse artigo tem como objetivo estudar o processo de distribuição de renda e de inclusão social do ponto de vista Liberal e Estruturalista. Ele pretende, também, analisar o processo de distribuição de renda em nosso país, dando ênfase ao Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH), enquanto um índice que mensura a qualidade de vida da população.

FATEC Sebrae – Faculdade de Tecnologia  
Sebrae - CEETEPS – Centro Estadual de  
Educação Tecnológica Paula Souza – São  
Paulo, Brasil.

Revista FATEC Sebrae em debate  
gestão, tecnologias e negócios

#### **Editor Geral**

Prof. Dr. Mário Pereira Roque Filho

#### **Organização e Gestão**

Prof. Ms. Clayton Pedro Capellari

#### **Correspondência**

Alameda Nothmann, nº 598 Campos Elíseos,  
CEP 01216-000 São Paulo – SP, Brasil.

+55 (11) 3224.0889 ramal: 218

E-mail:

[f272dir@cps.sp.gov.br](mailto:f272dir@cps.sp.gov.br)

**Palavras Chave:** Liberalismo. Estruturalismo. Distribuição  
de Renda. Índice de Desenvolvimento Econômico.

---

## Abstract

This article aims to study the process of income distribution and social inclusion of the Liberal point of view and structuralist. He also intends to analyze the process of income distribution in our country, emphasizing the HDI as an index that measures the quality of life of the population, with regard to education, longevity and income.

**Keywords:** Liberalism. Structuralism. Income distribution. Economic Development index.

## Introdução

Segundo Karl Marx (1982), o trabalho é o responsável pela geração da riqueza em uma sociedade. A questão que se coloca no capitalismo é a de como a riqueza é gerada e como ela é distribuída entre os capitalistas e os trabalhadores.

Antes de iniciarmos esse debate é necessário conhecermos dois conceitos: o de crescimento econômico e o de desenvolvimento econômico.

O termo *crescimento econômico* diz respeito às variações positivas registradas no Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, na riqueza gerada em uma economia, em determinado período contábil. Por exemplo, um país pode apresentar uma variação positiva do PIB de 4% a.a. Nesse caso, houve um crescimento da riqueza gerada na economia em relação ao exercício contábil anterior. Esse dado está diretamente ligado à melhora da qualidade de vida dos cidadãos que habitam essa sociedade? Não necessariamente, pois a maior parte da riqueza gerada pode ter sido apropriada por determinado segmento social (banqueiros, industriais, agricultores etc.), sem que tenha havido um processo de distribuição de renda. Nesse caso, o crescimento econômico não implicará na melhora dos indicadores econômicos e sociais do país (redução da mortalidade infantil, diminuição da pobreza, da violência etc.).

Já o conceito de *desenvolvimento econômico* está relacionado a dois fatores: crescimento econômico com distribuição de renda. Nesse caso, os acréscimos da riqueza gerada pelo conjunto da sociedade são distribuídos de acordo com o aumento da produtividade do trabalho, na forma de melhores salários. Concomitante ao

processo de distribuição de renda ocorre uma melhora sensível dos indicadores sociais e de qualidade de vida da população (redução da fome, da mortalidade infantil, da violência etc.).

Podemos constatar que em vários países denominados desenvolvidos (Estados Unidos, França, Canadá, Japão etc.), a renda é bem distribuída, sendo que, na média, o maior salário corresponde a quatro ou cinco vezes o menor. Os cidadãos possuem, além de um salário compatível com uma sobrevivência digna, um sistema de saúde e educação pública, uma política pública de habitação - subsídio e taxas de juros reduzidas para a aquisição da casa própria - além de seguro desemprego e, em muitos casos, o projeto de renda mínima. Evidentemente, esse conjunto de direitos sociais reflete nos indicadores sociais, na forma de elevados índices de escolaridade, melhora dos indicadores de saúde etc., ou seja, há uma redução do grau de exclusão social.

Em muitos desses países (Canadá, França, Espanha, Suécia, Suíça, Dinamarca etc.) a presença do Estado enquanto peça chave no processo de inclusão social e de distribuição de renda é imprescindível. Cabe lembrar que a tributação sobre a renda é elevada, chegando, em muitos casos, a onerar 40% da renda dos cidadãos. Já o tributo arrecadado é distribuído na forma de benefícios sociais. Podemos inferir que nesses países a intervenção do Estado contribui não somente para a melhora da qualidade de vida da população, mas também para gerar demanda, de forma a manter os patamares de emprego, consumo e renda da economia.

Vale lembrar que os países desenvolvidos realizam investimentos massivos em educação e pesquisa tecnológica, com o intuito de manterem-se à frente da corrida pelos mercados em todo o mundo.

De outro lado, nos países denominados *subdesenvolvidos* ou *emergentes* (Brasil, Bolívia, Paraguai, países africanos etc.) a situação é bem diferente. Os indicadores sociais (mortalidade infantil, analfabetismo etc.) e de distribuição de renda demonstram o problema da exclusão social nessas economias. Nesses países, a riqueza gerada é mal distribuída, chegando os maiores salários a serem vinte ou trinta vezes maior que o salário mínimo. O crescimento econômico não se dissipa sobre o conjunto da sociedade, sendo apropriado por uma pequena elite. A título de exemplo, podemos citar o caso do Brasil no qual aproximadamente 43,9% da riqueza gerada na economia concentra-se nas mãos de 10% da população (IBGE, 2014).

Esses dados revelam a desigualdade de renda que impera no Brasil, e que se reflete na qualidade de vida dos habitantes, principalmente no que diz respeito à saúde, educação à moradia, etc.

Como promover uma melhor distribuição de renda na sociedade? Na verdade, não existe um consenso entre os economistas sobre a forma de se implementar uma política de distribuição de renda e de inclusão social.

Nos próximos itens analisaremos detalhadamente as correntes teóricas que abordam esse tema.

## **O Processo de Distribuição de Renda na Visão Liberal e Estruturalista**

Segundo os economistas liberais<sup>1</sup>, o processo de distribuição de renda resulta das ações individuais, ou seja, do aprimoramento dos “dons”, da eficiência e dos investimentos que os indivíduos realizam em educação etc. Dessa forma, um trabalhador que desenvolve todo seu potencial no trabalho (“dons” e “eficiência”) e que investe em educação, receberá como recompensa um salário maior. Já o trabalhador desmotivado e ineficiente receberá um salário baixo, compatível com seu perfil. Dessa forma, a distribuição de renda na economia é, segundo os liberais, uma variável de *mercado*, que esta diretamente ligada à meritocracia.

Esses teóricos repudiam qualquer tipo de intervenção governamental – leis trabalhistas, fixação de reajustes salariais etc.– na fixação dos salários, por acreditarem que estes devem ser estabelecidos pelo mercado, ou seja, pelo livre jogo da oferta e demanda da mão de obra.

Os liberais criticam, também, os programas governamentais de compensação de renda (bolsa família, renda mínima etc.) por acreditarem que eles incentivam os cidadãos a não tomarem iniciativa para o aperfeiçoamento de seus “dons” (investimento em educação e treinamento).

Por último, cabe lembrar que esses teóricos adotam o conceito de *empregabilidade*, termo relacionado aos “dons” e ao investimento em educação (educação elementar, técnica ou universitária) que os indivíduos realizam em si mesmos. Esse conjunto de fatores levam os indivíduos a se colocarem no mercado de trabalho em função apenas das suas capacidades pessoais e individuais, eximindo o Estado e o setor privado de qualquer culpa pelo desemprego que atinge o país.

Nesse contexto, é comum escutarmos dos empresários e governantes a seguinte frase: no Brasil não faltam empregos, faltam pessoas capacitadas para ocupar as vagas oferecidas pelo mercado. Fica claro que essa afirmação diz respeito ao conceito de *empregabilidade*, no qual o indivíduo é responsável pela sua colocação no mercado, em razão de sua capacidade e competência.

Em suma, para os liberais o processo de distribuição de renda depende de variáveis individuais (investimento em educação, treinamento etc.), ligadas à meritocracia, e não de uma política governamental que fixe salários maiores que a produtividade ou que implemente programas de compensação de renda (renda mínima, bolsa família etc.).

A outra corrente teórica que analisa a questão da distribuição de renda é o estruturalismo, do qual o principal representante é o economista inglês John Maynard Keynes.

De acordo com esse teórico, o Estado deve intervir na economia por meio do investimento público (construção de hospitais, escolas, infraestrutura urbana etc.) e na implementação de políticas de bem-estar social, conhecidas como Welfare State (seguro desemprego, renda mínima, bolsa família, saúde e educação pública, etc.), com o intuito de criar demanda efetiva (geração de consumo, de trabalho e de renda) com o objetivo de gerar emprego e renda na economia. Cabe lembrar que o investimento estatal, associado às políticas de bem-estar social, colabora para acelerar o processo de distribuição de renda na economia.

Finalmente, cabe destacar que para esses teóricos a redistribuição de renda é um processo que envolve a promoção do investimento estatal, as políticas compensatórias de renda (seguro desemprego, renda mínima etc.) e as políticas sociais (saúde e educação pública, subsídio à habitação etc.), e não o resultado do livre jogo do mercado, das habilidades individuais, dos investimentos em educação, entre outros, como acreditam os liberais.

## **Aspectos Teóricos da Igualdade e da Desigualdade de Renda**

A questão da distribuição de renda, como pode ser analisado no item anterior, é extremamente polêmico, pois o conceito de justiça distributiva esbarra na questão ideológica (liberalismo/estruturalismo). Na verdade, o que deve ser meta de todo

governo é a equitatividade e não a igualdade de renda. O primeiro conceito este relacionado a níveis diferentes de renda, porem não dispares, associados a uma maior habilidade, formação técnica, anos de escolaridade etc. A titulo de exemplo, podemos citar o caso da Suíça, país no qual a renda recebida por um técnico ou um engenheiro permite a ambos terem um padrão de vida e de consumo muito próximos.

No caso da igualdade, todos deveriam receber a mesma renda, participando assim, de forma igualitária na distribuição da riqueza do país. Não constatamos em nenhum período da história da humanidade tal situação, a não ser, raramente em algumas tribos da América Latina ou da África, onde predominava o comunismo primitivo.

Cabe destacar que no capitalismo sempre haverá um grau maior ou menor de desigualdade de renda, que pode levar a um grau maior ou menor de pobreza. Vale lembrar que este conceito (pobreza) é relativo, pois parte sempre de uma renda média estabelecida por um grupo (economistas, governantes etc.). Dessa forma, podemos conceituar pobreza sob dois pontos de vista:

- *pobreza absoluta*: conceito elaborado a partir da fixação de um nível mínimo de renda, abaixo do qual acarretará um comprometimento das necessidades físicas, biológicas e culturais dos indivíduos;
- *pobreza relativa*: tem como base o cálculo de uma média de renda recebida pelos trabalhadores em determinado período, sendo que os indivíduos que auferem uma renda inferior a esta serão considerados pobres em relação ao conjunto da sociedade.

Por último, cabe destacar que se um país for muito pobre, será de grande relevância adotar o conceito de *pobreza absoluta*, com o objetivo de se ter um dado mais específico do comprometimento das necessidades mínimas de sobrevivência da população.

## **A Distribuição de Renda no Brasil**

O Brasil é um país marcado pela pobreza e pela má distribuição de renda. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2012, os 40% mais pobres da população brasileira (76 milhões de pessoas) se apropriavam de 13,3% da renda, enquanto os 10% mais ricos, ou seja, dezoito milhões, detinham 46,9% da riqueza gerada em nosso país.

Levando-se em conta um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 4,4 trilhões (Base = 2013), podemos concluir que os dez por cento mais ricos se apropriam de R\$ 2,07 trilhões, restando R\$ 590 bilhões aos 40% mais pobres (IBGE. 2013).

Vale lembrar que embora no Brasil a renda per capita (PIB/população) esteja em aproximadamente US\$ 11.139 (Banco Mundial, 2012), ou seja, uma média de US\$ 928/habitante/mês, ela mascara a má distribuição de renda que impera em nosso país.

Tendo em vista esses dados, podemos dizer que o Brasil é importante para o comércio global, pois a população mais rica de nosso país corresponde a um mercado consumidor de bens de luxo equivalente à população de Portugal e do Uruguai.

Para melhor compreendermos a magnitude da má distribuição de renda e o impacto desta na qualidade de vida da população, estudaremos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

## **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

O IDH foi elaborado em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub UI Haq, sendo adotado pelo programa das Nações Unidas para mensurar o grau de desenvolvimento humano e social de um país.

No cálculo desse índice são levadas em consideração três variáveis: o índice de educação (IE), o de longevidade (IL) e o de renda (IR).

O Índice de Educação (IE) leva em conta dois indicadores: a) a taxa de alfabetização de pessoas com quinze anos ou mais; b) a taxa de escolaridade corresponde ao número de pessoas efetivamente matriculadas em algum curso (fundamental, médio ou superior), dividido pelo total de habitantes entre sete e vinte e dois anos.

Já o Índice de Longevidade (IL) considera a esperança de vida ao nascer, ou seja, quantos anos uma pessoa com boas condições de saúde e salubridade consegue viver.

Finalmente, o Índice de Renda (IR) leva em conta a renda per capita do país, com base no conceito de paridade do poder de compra (PPC). Calculado pela média aritmética dos três índices citados anteriormente, o IDH varia entre zero (nenhum desenvolvimento) e um (pleno desenvolvimento), possibilitando as seguintes classificações quanto ao grau de desenvolvimento:

- entre 0 e 0,49: desenvolvimento baixo ou subdesenvolvido;
- 0,50 e 0,79: desenvolvimento médio ou em desenvolvimento;
- 0,80 e 0,89: desenvolvimento elevado ou em desenvolvimento;
- 0,90 e 1: desenvolvimento muito elevado ou plenamente desenvolvido.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulga anualmente o IDH dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Entre os dez países com maior IDH, podemos citar: Noruega (0,944), Austrália (0,933), Suíça (0,917), Estados Unidos (0,914), Alemanha (0,911), Nova Zelândia (0,91), Canadá (0,902), Singapura (0,901), Dinamarca (0,90), Irlanda (0,89), entre outros (PNUD, 2013).

Já os países com o menor IDH são: República Democrática do Congo (0,338), República Centro Africana (0,341), Chade (0,372), Serra Leoa (0,374), Eritrea (0,381), Burkina Faso (0,388), Burundi (0,389), Guiné (0,392), Moçambique (0,393), Guiné-Bissau (0,396), Mali (0,407) etc. (PNUD, 2013).

Finalmente, cabe destacar que o Brasil ocupa a 79ª posição, com um IDH de 0,744, posição inferior ao Chile (0,822), Argentina (0,808), Uruguai (0,79), Venezuela (0,764) e México (0,756), o que demonstra as graves distorções de renda em nosso país.

## Considerações Finais

Como pudemos constatar ao longo do texto, o Brasil é um país que apresenta uma má distribuição de renda. Uma pequena parcela da população (10% mais ricos) se apodera de 46% da riqueza gerada no país (R\$ 2,2 trilhões), enquanto 40% dos brasileiros detêm apenas 13,3%, algo em torno de R\$ 500 bilhões.

Posteriormente, estudamos os aspectos ideológicos da distribuição de renda. Vimos que para os liberais, o desenvolvimento e aprimoramento dos “dons” e os investimentos que os indivíduos realizam em educação auxiliam o processo de distribuição de renda nesses países. Nesse caso, são as variáveis individuais (investimentos em educação, esforço pessoal etc.) que promovem uma melhor distribuição de renda na sociedade.

Ao contrário dos liberais, os estruturalistas keynesianos acreditam que a intervenção do Estado na economia (investimentos em infraestrutura e políticas sociais) é de suma importância para promover a distribuição de renda e a inclusão social. Nesse caso, o Estado tem como função principal promover as oportunidades (saúde e educação pública, programas de compensação de renda, subsídio à habitação etc.) para que os cidadãos possam competir no mercado em igualdade de condições.

Por último, cabe destacar que o Estado e a sociedade brasileira têm que criar alternativas para melhor distribuir a renda, seja por meio do investimento massivo em educação, seja pelo incentivo estatal ao aumento do investimento produtivo (diminuição da taxa de juros, aumento do investimento público etc.) ou até mesmo pelo aprofundamento dos programas sociais de compensação de renda (Bolsa Família, Renda mínima etc.). O que não pode mais ocorrer é o aprofundamento do processo de concentração de renda em nosso país, pois o mesmo só contribuirá para o aumento da pobreza e da exclusão social em nossa sociedade.

## Nota

<sup>1</sup> A esse respeito consultar SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 e SCHULTZ, Theodore. *O Capital Humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

## Bibliografia

BANCO MUNDIAL. In: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.PP.CD>>. Acesso em 10/03/2015.

PNUD (Programa das Nações unidas para o Desenvolvimento). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. 2012. IN: <[http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_AtlasMunicipios](http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios)> Acesso em 10/03/2015.

QUINTINO, Carlos Alberto Alves. *Introdução à Economia*. São Paulo: Paris XX, 2010.

SEN, Amarthia. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Atlas, 2011.

BANCO MUNDIAL. In: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.PP.CD>  
Acesso em 17/04/2015.